

ABRIL 2024

e.pharma

NEWSLETTER APIFARMA

à conversa com...

**Rita
Sá Machado**

DIRECTORA-GERAL DA SAÚDE

85
ANOS


apifarma
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA
INDÚSTRIA FARMACÉUTICA

28

Índice

EDITORIAL	03
À CONVERSA COM...	04
Rita Sá Machado, Directora-Geral da Saúde	
DESTAQUE	09
NOTÍCIAS	13
PROGRAMA abem	20
PODCAST	21
LEGISLAÇÃO	23
PHARMA EM NÚMEROS	24



Vacinação | Uma semana, todos os dias, toda a vida

Cumprida a 19.ª Semana Europeia da Vacinação, promovida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), é oportuno destacar o impacto da vacinação como uma das maiores conquistas da humanidade na segunda metade do século XX e evocar, reconhecendo, aquele que é o programa de saúde pública mais antigo de Portugal e um dos mais robustos a nível mundial, o Programa Nacional de Vacinação (PNV).

Instituição sólida e reconhecida no nosso sistema de saúde, com uma relação custo-efectividade notável, tem um valor inestimável na prevenção de doenças infecciosas potencialmente graves. A pessoa vacinada, criança ou adulto, deverá ficar imune à doença ou, nos casos em que isso não é possível, ter uma forma mais ligeira da mesma.

A implementação do PNV, em 1965, resultou numa significativa redução da morbilidade e da mortalidade causadas por doenças infecciosas evitáveis pela vacinação, que se traduziu na obtenção de importantes ganhos em saúde sendo estimada pela OMS a salvação de 4 a 5 milhões de vidas a cada ano. As vacinas fazem parte do nosso quotidiano, damos-lho por adquirido, o que, por vezes, talvez nos retire o distanciamento necessário para reflectirmos no extraordinário impacto e benefício que têm nas nossas vidas. O PNV aplica-se, gratuitamente, a todas as pessoas presentes em Portugal desde que tenham indicação para vacinação.

O cumprimento do Programa Nacional de Vacinação é um exemplo notável de esforços e parcerias contínuas entre diversos parceiros do sector da saúde, desde o Ministério da Saúde, passando pelo compromisso e empenho dos profissionais de saúde e decisores políticos à indústria farmacêutica e à participação dos cidadãos, cuja confiança se afigura crítica para a efetividade deste programa.

A aposta na investigação, na inovação e no conhecimento científico, tem resultado na disponibilização de vacinas que nos protegem em cada vez mais circunstâncias da nossa vida. As vacinas salvam vidas devido ao seu elevado grau de segurança, qualidade e eficácia. Também por isso pudemos responder de forma rápida e eficaz à maior pandemia dos últimos 100 anos, reduzindo as suas consequências sociais e económicas e prevenindo doenças graves em milhões de pessoas em todo o mundo.

Mas não podemos ser complacentes nem nos deixar iludir pelos sucessos do passado!

A indústria farmacêutica vai continuar a apostar na inovação, no desenvolvimento, na produção e na distribuição de novas vacinas, procurando sempre responder de forma efetiva às necessidades epidemiológicas do presente e do futuro.

A globalização e a facilidade de viajar pelo mundo exigem que permaneçamos com vigilância redobrada contra os riscos de importação de doenças, como vimos recentemente com casos de sarampo, hepatite A e varíola dos macacos. A desinformação e a hesitação em relação à vacinação também representam desafios significativos. É imperioso continuar a alertar e mobilizar a população e promover programas de literacia em saúde, difundindo informação clara e objectiva sobre as vacinas e a sua eficácia – sem esquecer um esforço activo de sensibilização e actuação junto das populações migrantes, muitas vezes não vacinadas ou com esquemas de vacinação incompletos. Se a vacinação é um direito fundamental, é também um dever para com a comunidade em que estamos inseridos!

Neste mês em que assinalámos a Semana Europeia da Vacinação, é preciso igualmente recordar o envelhecimento demográfico da população residente em Portugal: Neste momento mais de 2,5 milhões de residentes em Portugal tem 65 ou mais anos de idade, sendo também de sublinhar que, apenas nos últimos cem anos, a esperança média de vida mais do que duplicou passando dos 36 para os 81 anos. Uma evolução notável que não seria possível sem o contributo das vacinas. É, pois, crucial que o PNV evolua e se continue a adaptar à realidade actual do envelhecimento da população, mantendo a aposta no seu alargamento à população mais idosa para que esta continue a viver mais, melhor e activa durante mais tempo.

Vacinar é uma responsabilidade de todos com benefício para todos!



Vítor Virgínia

Coordenador do Grupo de Trabalho de Vacinas da APIFARMA



“Para continuar a ser uma boa estratégia em saúde pública, temos sempre de equacionar o alargamento do PNV”

à conversa com...

Rita Sá Machado

A Directora-Geral da Saúde, Rita Sá Machado, afirma que o Programa Nacional de Vacinação tem de ser dinâmico para continuar a “ser credível, para continuar a ser uma boa estratégia em saúde pública”, defendendo também que “é importante que a Indústria Farmacêutica se foque nas questões da inovação”. Quanto à transição para o modelo de Unidade Local de Saúde, refere que havia a consciência de que iria “trazer desafios a todos os programas de saúde, não apenas ao Programa Nacional de Vacinação”, mas que os constrangimentos “têm sido ultrapassados”.

PORTUGAL POSSUI UM PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO (PNV) DE GRANDE SUCESSO E COM QUASE 60 ANOS. QUE PRINCIPAIS FACTORES CONTRIBUÍRAM PARA ESTE SUCESSO?

Em primeiro lugar, um dos grandes sucessos do Programa Nacional de Vacinação é exactamente ser um programa. Significa que é robusto, que tem os seus profissionais de saúde alinhados, que tem as várias dinâmicas do sistema. Isto denota que não são apenas directrizes da Direcção-Geral da Saúde (DGS), são profissionais a nível nacional, a nível regional e a nível local. Toda esta concentração de esforços, e tendo em conta o seu horizonte temporal, permite-nos ter um Programa que é avaliado, que é monitorizado e que não é estanque, tem dinamismo. Isto é

essencial, porque na área da vacinação e na área da imunização necessitamos de estar sempre a inovar, sempre a perceber aquilo que vem mais à frente. Por isso, o facto de ser um programa é importante. De uma forma muito sucinta, considero que o seu grande marco são as pessoas, o facto de impactar a vida de qualquer cidadão. As vacinas protegem-nos contra doenças que antigamente, há 50 anos, há 70 anos, sabíamos que causavam incapacidade, até óbitos, de pessoas que muitos de nós conhecíamos. Agora isso não acontece. Este impacto directo na vida das pessoas classifica-o como uma grande conquista e revela a sua importância como uma das melhores estratégias de saúde pública.

JÁ ABORDOU O TEMA, MAS QUAIS FORAM OS GRANDES MARCOS DO PNV?

Um deles foi a redução da incidência das doenças. Depois, o termos conseguido, a nível europeu e a nível nacional, chegar à erradicação de doenças, como por exemplo a poliomielite, que anteriormente causava uma grande incapacidade-este é um dos grandes exemplos. Também conseguimos controlar e eliminar outras duas doenças, o sarampo e a rubéola. Tal como já referi noutras ocasiões, recordo que apesar de termos casos de sarampo em Portugal, estes casos são importados. Não significa que exista sarampo a circular em Portugal e por isso mesmo esta doença ainda é considerada eliminada. De uma forma muito célere, destacaria a erradicação destas três doenças.

O PNV FOI CRIADO PARA GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL DOS CIDADÃOS ÀS VACINAS, A PROTEÇÃO DA COMUNIDADE E A ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS. OS NOVOS CICLOS MIGRATÓRIOS OBRIGAM A REPENSAR A ESTRATÉGIA DE VACINAÇÃO?

Sem dúvida alguma. Mais do que ciclos migratórios, a mobilidade das pessoas, dos animais e das próprias doenças. Percebemos que as doenças não têm fronteiras e, por isso mesmo, precisamos de pôr esta mobilidade no centro do Programa Nacional de Vacinação.

BEM SABEMOS, PORQUE ACABÁMOS DE SAIR DE UMA PANDEMIA...

Exatamente, penso que agora todos compreendem. Mas também não podemos esquecer que para estas doenças que são evitáveis por vacinação precisamos de ter, e temos, vacinas que são específicas para o viajante, pelo que temos de preparar os nossos viajantes quando vão sair. Também é importante olharmos para a epidemiologia das doenças: quais são as pessoas, onde é

que elas têm um maior número de doenças e como é que podemos adaptá-las. Se vier alguém para o país, ou se eu vou para outro sítio, precisamos de nos adaptar ao contexto.

“Na área da vacinação e na área da imunização necessitamos de estar sempre a inovar”

É NECESSÁRIO REFORÇAR A APOSTA NO ALARGAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO?

Para o Programa continuar a ser credível, para continuar a ser uma boa estratégia em saúde pública, temos sempre de equacionar o seu alargamento. É por isso mesmo que temos uma Comissão Técnica de Vacinação, onde incluímos propostas para alargar ou para termos novas doenças ou até para... imaginemos que saiu uma nova vacina, precisamos de perceber se ela é melhor do que uma outra que estava no PNV. Portanto, mais do que alargamento, vemos aqui uma flexibilidade do Programa Nacional de Vacinação. Também é importante salientar que se estamos a abordar uma nova vacina, temos sempre de perceber qual é a sua importância para a população. Sabemos que existe um ganho individual, mas quando uma vacina entra para um programa nacional de vacinação, tem de ter ganhos populacionais. As verbas públicas investidas nesta estratégia de saúde pública têm de ter um ganho para toda a população, não pode ter apenas um ganho para uma ou duas pessoas. É isto que, por vezes, é um bocadinho mais difícil de ser compreendido pela população, mas por isso mesmo é que existe a instituição que hoje lidero, e que faz este trabalho muito bem.



APESAR DA PERCEÇÃO DO VALOR DAS VACINAS, NOS ÚLTIMOS ANOS TEM SURGIDO ALGUMA RESISTÊNCIA À VACINAÇÃO. PODE COMPROMETER A IMPLEMENTAÇÃO NORMAL DO PNV E, ASSIM, GERAR CADA VEZ MAIS PRESSÃO NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE?

A resposta rápida é sim, pode ser um risco, mas gosto sempre de olhar para a componente positiva da questão e isso mostra-nos que precisamos de continuar a fazer com que os cidadãos acreditem que as vacinas funcionam. E funcionam. Está cientificamente comprovado que funcionam e temos de manter esta credibilidade nas vacinas e no Programa Nacional de Vacinação. Isto não depende apenas da Direcção-Geral da Saúde, não depende apenas dos serviços regionais, dos serviços locais, depende de todos nós, de cada cidadão individualmente, que também vai dizer ao seu amigo, ao seu colega, a importância de estarmos vacinados como um bem em saúde pública, um bem comunitário.

PODEMOS AFIRMAR QUE SOMOS HOJE UM PAÍS COM UMA FORTE CULTURA DE VACINAÇÃO?

Sim, sem dúvida alguma. A questão da hesitação vacinal e de alguns movimentos anti-vacinas são desafios, mas Portugal ainda é um país com uma forte cultura de vacinação. Ainda somos um país modelo relativamente às taxas de cobertura vacinal para as doenças evitáveis por vacinação.

ISSO DEVE SE AO ESFORÇO DOS CIDADÃOS E TAMBÉM AO ESFORÇO DO PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO.

Exactamente, a um esforço conjunto.

NA RECENTE PANDEMIA, OS ESFORÇOS PARA DESENVOLVER VACINAS E ASSEGURAR A VACINAÇÃO FORAM BEM SUCEDIDOS GRAÇAS À COLABORAÇÃO ENTRE A INDÚSTRIA

FARMACÊUTICA E O ESTADO. A DGS ASSUMIU UM PAPEL CRUCIAL NESTE PROCESSO. COMO É QUE FOI GERIR UMA OPERAÇÃO DESTA NATUREZA?

As equipas da DGS estiveram diariamente a fazer essa gestão. Este esforço colectivo, a nível nacional e internacional, entre profissionais de saúde, academia, Indústria Farmacêutica, organizações- nacionais, internacionais, não governamentais-todos em sinergia, para tal pudesse acontecer. E de facto aconteceu, conseguimos. E aconteceu de uma forma maioritariamente positiva, mas existem várias lições aprendidas em todo o processo e que levaremos para uma próxima emergência em saúde pública.

ESTE ANO SURTIU UM NOVO MODELO DESCENTRALIZADO DE VACINAÇÃO NAS FARMÁCIAS. É VIÁVEL ALARGÁ-LO A OUTRAS VACINAS?

Este modelo foi importantíssimo na vacinação sazonal para a gripe e COVID-19 porque aumentámos o acesso. Ainda estamos a fazer uma avaliação da estratégia, mas o que os dados já veiculados pela indústria e por outras associações nacionais mostram é que houve positividade. Foi bem recebido pelos portugueses e isso é que é importante: termos conseguido um bom acesso à vacinação sazonal. Se este alargamento deve ou não ser feito para outras vacinas é algo que podemos pensar e equacionar, mas é bom também termos algumas formas de trabalho que já estão consolidadas no tempo. Portanto, ter a certeza que as novas abordagens não mexem com o que têm sido ganhos no processo. Em resumo: sim, poderemos ponderar, mas sem impactar um processo que já está instituído.

A ORGANIZAÇÃO DO SNS EM UNIDADES LOCAIS DE SAÚDE (ULS) TROUXE ALTERAÇÕES AO CIRCUITO DE AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS. QUE DESAFIOS IDENTIFICA À

OPERACIONALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE VACINAÇÃO CONSIDERANDO ESTE NOVO MODELO? A RUPTURA DE VACINAS NOS CENTROS DE SAÚDE ESTÁ RELACIONADA COM A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS ULS?

Sabíamos que a transição para um modelo de ULS ia trazer desafios a todos os programas de saúde, não apenas ao Programa Nacional de Vacinação. Sabíamos que ia haver desafios porque algumas estruturas não estavam tão habituadas a fazer circuitos, que outras estruturas faziam, mas tentámos que essa passagem de conhecimento fosse feita para os serviços. Estamos a fazer também um acompanhamento dos serviços locais para que a pouco e pouco consigamos ter a estrutura minimamente estabilizada. Até ao momento, o que temos constatado quanto a esta alteração, é que pode haver desafios ou constrangimentos, mas têm sido ultrapassados. E, felizmente, devido também a todos os profissionais que estão envolvidos nesta nova integração.

O INVESTIMENTO DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA E DOS STAKEHOLDERS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE VACINAÇÃO É O CORRECTO PARA CONTINUAR A DESENVOLVER AS VACINAS NECESSÁRIAS PARA REFORÇAR A QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS?

Não sei se é o correcto ou não. O que posso dizer é que é importante que a Indústria Farmacêutica se foque nas questões da inovação, que olhe para as doenças e que encontre estratégias inovadoras para conseguirmos lidar com agentes biológicos, quer sejam vírus, quer sejam bactérias, e que nos permitam uma preparação e, neste caso, uma prevenção dessas doenças. Se é correcto ou não, não me cabe a mim dizer, mas é importante, é muito relevante.

CONTA COM A INDÚSTRIA, PORTANTO.

Claro, contamos todos. Enquanto portugueses, temos de contar com a inovação ao nível das imunizações, não apenas da vacinação, que é aquilo que conhecemos, mas também de estratégias que nos permitem proteger a população.

O ESTUDO "PERCEPÇÃO DO VALOR DAS VACINAS", DA APIFARMA, APONTA O CUSTO COMO A PRINCIPAL RAZÃO PARA A POPULAÇÃO NÃO TER DISPONIBILIDADE PARA COMPRAR VACINAS EXTRA-PNV, SENDO TAMBÉM UM DOS PRINCIPAIS MOTIVOS PARA OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NÃO

“Precisamos de continuar a fazer com que os cidadãos acreditem que as vacinas funcionam”

AS RECOMENDAREM. COMO PODEM A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA E A DGS ASSEGURAR O INVESTIMENTO PARA A INOVAÇÃO EM VACINAS E, TAMBÉM, GARANTIR QUE O PREÇO NÃO IMPEDE O ACESSO À VACINAÇÃO?

Enquanto Direcção-Geral da Saúde, o que é muito pertinente é colocarmos estas questões, se uma vacina ou se uma estratégia de imunização deva ser incluída, à Comissão Técnica de Vacinação. Esta entidade olha para os dados epidemiológicos-qual é a carga da doença, internamentos, óbitos-, para os custos e para o custo efetividade. Dizer-nos que estamos a colocar uma nova vacina e se o investimento é bom para aquilo que ela concretiza. A DGS pode continuar a fazer este trabalho e a indústria deve sempre fornecer informação para que consigamos ter estas vacinas, ou estratégias de imunização.

COMO É QUE A DIRECÇÃO-GERAL DA SAÚDE PODE AJUDAR NA ADOPÇÃO DA INOVAÇÃO, GARANTINDO O INVESTIMENTO E O ACESSO ALARGADO DAS VACINAS À POPULAÇÃO?

Uma das questões é esta mesma, é termos a certeza de que quando colocamos esta questão às Comissões, e quando estamos a fazer a avaliação, estamos a fazê-la de uma forma atempada. Conseguimos rapidamente colocar esta questão e saber: será ou não esta vacina introduzida? Devemos ou não alterar esta vacina? Esta atualização é um trabalho de vários parceiros, que pode e deve ser feita em tempo real, ou pelo menos num tempo esperado. Não podemos aqui demorar muito tempo.

ESTÁ HÁ CINCO MESES NO CARGO DE DIRECTORA-GERAL DA SAÚDE. O QUE PODEMOS ESPERAR PARA OS PRÓXIMOS QUATRO ANOS E MEIO?

Que de tudo farei para que a Direção-Geral da Saúde continue a responder às necessidades de saúde dos portugueses: é a nossa grande preocupação enquanto instituição e vai continuar a sê-lo ao longo dos próximos quatro anos e meio. Pelo meu perfil também trazer alguma inovação para uma casa que dela necessita. E colocar no centro as estratégias em saúde pública que são mais primordiais, que funcionam. A DGS é uma casa que está atenta à situação e ao contexto onde está inserida, que consegue promover e focar-se nas medidas mais importantes e com impacto na vida dos portugueses.

QUAIS SÃO AS TRÊS PRIORIDADES?

As prioridades mantêm-se desde o meu início de funções. Precisamos de ter um país preparado para emergências em saúde pública, esta é uma das nossas grandes prioridades. Depois, temos de ter a certeza que ao longo do ciclo de vida, desde a saúde materna até ao envelhecimento, conseguimos ter estratégias e programas de saúde pública que estão implementados em todas as esferas do sistema de saúde e que é importante referir. E depois a questão da inovação e da modernização, trazeremos novas metodologias para conseguirmos responder mais celeremente aos desafios em saúde pública, que são muitos.





Reafirmado valor das vacinas

Conferência “Desafios da Vacinação e Saúde Global | Presente e Futuro”

A Iniciativa teve como objectivo assinalar a Semana Europeia da Vacinação, reflectindo sobre a importância da vacinação.

O investimento em saúde é fundamental para mais e melhor vida da população. A vacinação é um excelente exemplo. O Programa Nacional de Vacinação (PNV) é o resultado deste investimento em saúde. Esta foi uma das mensagens transmitidas durante a Conferência “Desafios da Vacinação e Saúde Global | Presente e Futuro”, que decorreu no passado dia 17 de Abril, no Centro Cultural de Belém (CCB), em Lisboa.

A iniciativa da APIFARMA teve como objectivo assinalar a Semana Europeia de Vacinação, que se realizou entre 21 e 27 de Abril, e foi a primeira conferência no âmbito das comemorações dos 85 anos da Associação.

O presidente da APIFARMA, João Almeida Lopes, evidenciou os 59 anos do PNV e frisou a importância da vacinação para a prevenção de doenças, mas também ao longo da vida.

Segundo um inquérito da Vaccines Europe de 2023, 81 das 100 vacinas em *pipeline* destinam-se à população adulta, pelo que aposta na investigação é fulcral para impactar na vida das populações.

O coordenador do Grupo de Trabalho das Vacinas da APIFARMA, Vítor Virgínia, avançou que a “Indústria Farmacêutica está comprometida em dar respostas às necessidades do presente e do futuro, apostando em soluções inovadoras”.



A vacinação é importante em todas as idades, conforme sublinhou a Ministra da Saúde, que encerrou a conferência. Para Ana Paula Martins é necessário “reforçar o acesso equitativo e a confiança”. As decisões são “sempre a pensar nas pessoas”, adiantou a Ministra.

A conferência contou com a participação de Ema Paulino, Presidente da Associação Nacional das Farmácias, na sessão de abertura, bem como de dois *keynote speakers*. Marta Valente Pinto, enquanto representante da Direcção-Geral da Saúde (DGS) e presidente da Comissão Técnica de Vacinação da DGS, evidenciou o papel desta Comissão e fez uma apresentação sobre a evolução do PNV ao longo dos anos e dos desafios para o futuro. Gustavo Tato Borges, Presidente da Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública, por seu lado, salientou o contributo das vacinas para a saúde global e o impacto nos indicadores de saúde, de forma geral.

Houve, ainda, espaço para uma mesa-redonda em que participaram os dois *keynote speakers*, Vítor Virgínia, Jaime Melancia, Presidente da Direcção da Plataforma Saúde em Diálogo, e Erica Viegas, vogal do Conselho Directivo do Infarmed. Neste painel foram discutidos diversos temas relacionados com a vacinação.

Assista [aqui](#) ao vídeo da Conferência.





Ministra da Saúde defende acordo plurianual com a APIFARMA

Entendimento, de matriz de curto e médio prazo, deverá incluir mecanismos de ajustamento.

A realização de um acordo plurianual com a APIFARMA, a aposta na investigação clínica, bem como a modernização do Infarmed, são algumas das prioridades avançadas pela Ministra da Saúde, Ana Paula Martins, na Conferência “Desafios da Vacinação e Saúde Global | Presente e Futuro”.

Referindo que já foi “iniciada a construção de um quadro plurianual de investimento e reforço do SNS”, a Ministra avançou a intenção de promover um “acordo com a APIFARMA para os 4 anos de legislatura”. Este entendimento, adiantou, “terá de assumir uma matriz de curto e médio prazo e mecanismos de ajustamento que lidem com a incerteza, numa partilha de risco das responsabilidades”.

Outro ponto em destaque da intervenção de Ana Paula Martins foi a aposta na valorização do Infarmed, referindo a necessidade “prioritária e fundamental” da modernização do regulador do

medicamento, num contexto em que as prioridades do Ministério são a “simplificação dos processos, que assumem impactos tantas vezes desnecessários e tantas vezes decisivos na vida das pessoas e das empresas”.

É importante que o Infarmed disponha de mais financiamento, que sejam valorizadas as pessoas que nele trabalham através de “condições atractivas de recrutamento dos melhores”, mudanças estas que serão acompanhadas de “uma transformação da organização e dos processos” num quadro de “ambição, quando nos comparamos com as outras agências irmãs”.

Quanto à investigação clínica adiantou que é necessário “estabelecer um quadro de objetivos, plurianual para a legislatura”, com a ambição de “retirar Portugal da cauda Europa”. O objectivo é “aproximarmo-nos da nossa vizinha Espanha que tem o melhor rácio de ensaios clínicos na Europa”.



Reforçar a confiança nas vacinas

A presença de comportamentos de hesitação na vacinação, “amplificados pela vasta desinformação associada” e o surgimento de casos de sarampo em Portugal foram também abordados pela Ministra da Saúde. “São um alerta”, disse, acrescentando que “há trabalho por fazer e é um erro ficarmos sossegados com as elevadas taxas de cobertura do PNV”.

O Relatório Anual da Vacinação – 2024 que a Direção-Geral da Saúde apresentou no dia 26 de Abril, constituirá uma oportunidade de melhor entender o panorama actual, na “expectativa de mobilizar todos os parceiros quanto aos dados que serão apresentados”.

“É preciso reforçar a confiança das pessoas nas vacinas e reforçar o seu acesso equitativo”, defendeu.






Ciclo de Conferências | **85 anos APIFARMA**

**Ensaio Clínicos
Investigação que dá
esperança aos doentes e
traz melhor vida a todos**

17.05.2024 / 09H00

📍 Sala Sophia Mello Breyner | Centro Cultural de Belém (CCB)

   **EUPATI-PT**
ASSOCIAÇÃO EUPATI PORTUGAL

APIFARMA organiza conferência “Ensaio Clínicos | Investigação que dá esperança aos doentes e traz melhor vida a todos”

A segunda conferência 85 anos APIFARMA pretende assinalar o Dia Internacional dos Ensaio Clínicos.

No próximo dia 17 de Maio, a APIFARMA organiza a conferência “Ensaio Clínicos | Investigação que dá esperança aos doentes e traz melhor vida a todos”, pelas 9h00, na Sala Sophia Mello Breyner – Centro Cultural de Belém (CCB), em Lisboa.

Integrada no 85.º aniversário da APIFARMA, esta sessão tem como objectivo assinalar o Dia Internacional dos Ensaio Clínicos.

Inscreva-se [aqui](#).

**SAÚDE E
FINANÇAS PÚBLICAS**

**Diálogo necessário
para a Sustentabilidade
dos Sistemas de Saúde**

23 de maio | 14h30

Centro de Congressos de Lisboa, Sala 2

 **CIP**
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

CONSELHO DA SAÚDE,
PREVENÇÃO E BEM-ESTAR

Conferência

“Saúde e Finanças Públicas | Diálogo necessário para a Sustentabilidade dos Sistemas de Saúde”

Especialistas debatem a adaptação do sistema de saúde às necessidades e desafios actuais e futuros

“Saúde e Finanças Públicas | Diálogo necessário para a Sustentabilidade dos Sistemas de Saúde” é o tema da conferência que o Conselho de Prevenção, Saúde e Bem Estar da CIP promove no próximo dia 23 de maio, pelas 14h30, no Centro de Congressos de Lisboa-Sala 2.

Assegurar a sustentabilidade dos sistemas de saúde é um desafio contínuo, que requer o envolvimento e diálogo das várias partes interessadas.

O Programa será divulgado oportunamente.

Inscreva-se [aqui](#).

Edição 2022

Indústria Farmacêutica em Números

Documento reflecte a dinâmica e o contexto do sector farmacêutico.

A publicação anual “Indústria Farmacêutica em Números”, relativa ao ano de 2022, está disponível no *website* da APIFARMA.

O documento contém uma compilação compreensiva dos principais indicadores que caracterizam o contexto macroeconómico, as

actividades e resultados em saúde, o sector e o mercado farmacêutico. O documento retrata ainda a actividade dos ensaios clínicos e dos diagnósticos *in vitro* (DIV).

Estes dados estão actualizados até 2022 e dizem respeito a Portugal e à Europa.

Consulte esta e outras edições anteriores [aqui](#).





8.^a
EDIÇÃO



PRÉMIO
APIFARMA | CLUBE DE JORNALISTAS
**JORNALISMO
EM SAÚDE**

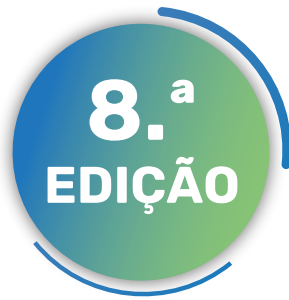
APIFARMA e Clube de Jornalistas anunciam os vencedores da 8.^a edição do Prémio Jornalismo em Saúde

Foram enviadas a concurso 63 peças jornalísticas exibidas na televisão, emitidas na rádio e publicadas em jornais físicos ou online.

A APIFARMA e o Clube de Jornalistas reconheceram os melhores trabalhos jornalísticos a concurso na 8.^a edição do Prémio Jornalismo em Saúde.

A jornalista Ana Cristina Pereira foi distinguida pelo trabalho “Ao fim de 40 anos Vicente não queria sair da prisão”, publicado no jornal Público, no Prémio Temático | Saúde Mental. Este é um dos seis trabalhos reconhecidos nesta edição.

No total, foram enviadas 63 peças jornalísticas analisadas pelo Júri do Prémio Jornalismo em Saúde APIFARMA/Clube de Jornalistas composto pelos jornalistas Cesário Borge, que preside em nome do Clube de Jornalistas, António Borge e Carlos Lobato, pela Casa de Imprensa, o médico Jorge Penedo e o enfermeiro António Santos, pela APIFARMA.



Vencedores do Prémio Jornalismo em Saúde

Premiados da **8.ª edição do Prémio Jornalismo em Saúde – 2023:**

CATEGORIA GRANDE PRÉMIO

Raquel Albuquerque, pelo trabalho “Lições para a próxima pandemia”, publicado no jornal Expresso;

CATEGORIA IMPRENSA

Ana Tulha e Leonel de Castro, pelo trabalho “O cancro tem latitude e longitude”, publicado na revista Notícias Magazine;

CATEGORIA TELEVISÃO

Ana Luísa Galvão e equipa – Luís Bernardino, Rogério Esteves, José Eduardo Zuzarte, Ana Rita Sena, Fernando Ferreira e Nuno Gonçalves-, pelo trabalho “Falta de médicos no SNS”, transmitido na SIC pelo trabalho “Falta de médicos no SNS”, transmitido na SIC;

CATEGORIA RÁDIO

Rita Fernandes, pelo trabalho “Fintar o destino”, emitido na Antena 1;

CATEGORIA DIGITAL

Joana Gonçalves, Sofia Neves, Daniel Rocha, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio e Rui Barros, pelo trabalho “Enxaquecas, viver com uma bomba-relógio na cabeça”, divulgado no jornal Público;

PRÉMIO TEMÁTICO | SAÚDE MENTAL

Ana Cristina Pereira, pelo trabalho “Ao fim de 40 anos Vicente não queria sair da prisão”, publicado no jornal Público.

Por decisão do Júri, o Prémio Carreira não foi atribuído nesta edição, bem como o Prémio Universitário Revelação, uma vez que não foram recebidos trabalhos para esta categoria.

O “Prémio APIFARMA/Clube de Jornalistas – Jornalismo em Saúde” tem um valor total de 23.500

euros a distribuir pelas diferentes categorias e resulta de um protocolo assinado entre as duas entidades, em 2016, com os objectivos de aprofundar o papel da APIFARMA enquanto parceiro activo da Sociedade Civil e contribuir para a vitalidade do projecto Clube de Jornalistas.

Iniciativa



Gestão e Organização



Campanha de consignação de IRS para o Programa abem:

0,5% do imposto a favor do Estado pode ser revertido em medicamentos para famílias em situação de pobreza.

A Associação Dignitude, de que a APIFARMA é membro fundador, encontra-se a promover a sua campanha de consignação de IRS, cujo valor angariado reverte na totalidade para o Programa abem: Rede Solidária do Medicamento.

A Consignação de IRS é muito simples e não tem custos para os cidadãos, uma vez que o Estado Português permite encaminhar 0,5% do valor dos impostos em donativos a Instituições de

Solidariedade Social.

Até dia 30 de Junho, quando da submissão da declaração de rendimentos, a Associação Dignitude (NIF 513 696 628) poderá ser escolhida como entidade beneficiária deste gesto solidário.

Com o seu apoio, poderemos apoiar ainda mais pessoas a terem acesso ao bem mais especial que existe: a saúde!

Dignitude⁺

**CONSIGNAR
É O MELHOR
REMÉDIO.**

Associação Dignitude



513 696 628

MODELO 3 QUADRO 11 CAMPO 1101

abem:

Rede Solidária
do Medicamento



Anos 50: década marcada pela especialização

A especialização do sector traduziu-se em alterações no Grémio e, no final da década, a um processo de reorganização da indústria.

O panorama da Indústria Farmacêutica na década de 50 ficou marcado pela preponderância dos laboratórios modernos face às farmácias de oficina e por um alargado estabelecimento em Portugal de sucursais de multinacionais farmacêuticas. Em 1954, o sector empregava cerca de 4300 pessoas.

Foram também anos de evolução para o Grémio Nacional de Industriais de Especialidades Farmacêuticas (GNIEF). A necessidade de criar “um meio expedito que mantivesse assíduo e estreito contacto entre os industriais e a Direcção”, levou a que no início da década fossem criadas oito secções: antibióticos; sulfonamidas; vitaminas; opoterápicos e hormonas; soros e vacinas; dietéticos; produtos para uso veterinário; medicamentos galénicos e outros.

Esta especialização, os avanços científicos e a existência de mais laboratórios tiveram como consequência uma maior disponibilização de medicamentos no mercado, como o prova a primeira publicação, em 1956, do “Simposium Terapêutico: Enciclopédia de Especialidades Farmacêuticas”.

Em 1957, inicia-se um processo de reorganização da Indústria Farmacêutica. O GNIEF organizou uma série de colóquios em que participaram representantes da indústria e da Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos (CRPQF). Se o Governo tinha como objectivo a redução do preço dos medicamentos, a indústria encarava este processo em função, entre outros factores, da rápida evolução das técnicas e dos meios de produção, do desenvolvimento inédito da investigação científica aplicada ao sector, da crescente democratização do medicamento industrializado e da formação de um mercado comum europeu – no âmbito da fundação, em 1957, da Comunidade Económica Europeia – possuidor de um nível técnico e económico superior ao nacional.



Esta reorganização foi sediada, governamentalmente, numa comissão dependente da Direcção-Geral dos Serviços Industriais do Ministério da Economia. Apenas na década seguinte surgiriam os primeiros resultados desta unidade de missão.

Voltando a 1957, numa evolução de metodologia aplaudida pelo GNIEF, foi criada a Comissão Técnica dos Novos Medicamentos (CTNM) que concretizou o primeiro verdadeiro sistema de autorização de medicamentos no País. A partir desse momento, os laboratórios passaram a depender de três entidades distintas para o lançamento de novos produtos: a Direcção-Geral da Saúde, que procedia à autorização da introdução dos medicamentos; a CTNM, que emitia um parecer técnico em função da avaliação segundo critérios farmacológicos, terapêuticos e económicos; e a CRPQF, que aprovava os preços de venda.

No ano seguinte, seria criado o Ministério da Saúde e Assistência – cujas funções, até à data, estavam a cargo do Ministério do Interior.

abem: Dignidade⁺

Programa abem: | dispensa mais de 2,5 milhões de embalagens de medicamentos

O Programa abem: é um projecto pioneiro lançado em Maio de 2016 pela Associação Dignidade, de que a APIFARMA é membro fundador.

Este projecto tem como beneficiários pessoas que se encontram numa situação de carência económica e não conseguem comprar os medicamentos de que precisam. Nos seus quase

oito anos de existência já dispensou 2.717.825 embalagens de medicamentos.

Está presente em 20 distritos do país, já chegou a 36.337 beneficiários, 11.190 destes ainda activos.

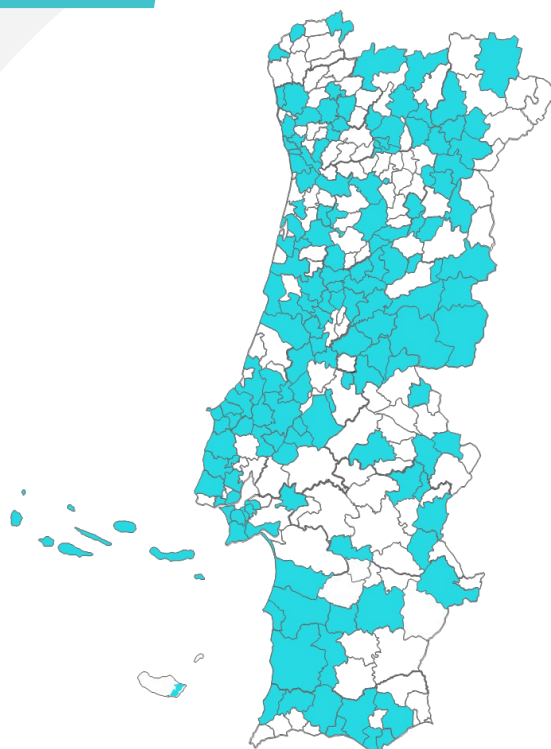
A e-Pharma disponibiliza os seus principais indicadores, que pode conhecer abaixo, e que serão mensalmente actualizados.

PROGRAMA ABEM:



(maio de 2016 a março de 2024)

Dignidade⁺



CLIQUE AQUI PARA OUVIR



“Os stakeholders tornam a informação em saúde mais apreensível”

Partilha e proximidade são ferramentas essenciais para a promoção da Literacia em Saúde, considera Fernando Almeida, Presidente do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA) e o convidado do primeiro podcast Pela Sua Saúde de Abril.

As acções de promoção da literacia em saúde “não devem ser isoladas e propriedade do Ministério da Saúde ou dos profissionais de saúde”, defende Fernando Almeida, alertando que a dificuldade de “desmultiplicar coisas difíceis em coisas fáceis” pode levar a que profissionais muito especializados não consigam transmitir adequadamente a informação. Por isso, “o Ministério da Saúde, o Instituto, seja outra instituição, tem de se socorrer da sociedade civil, das associações de doentes, de associações profissionais, de outros ministérios” para chegar aos cidadãos .

Dando o exemplo concreto do INSA, “através dos *stakeholders*, por exemplo a APIFARMA e outras organizações, podemos fazer chegar uma informação mais descascada e mais apreensível

pelas pessoas”. É o caso do Museu da Saúde, nomeadamente se este tipo de museus for visitado “com este cuidado de transmissão e promoção da saúde”.

Recordando que “apenas 1 em cada 3 portugueses tem conhecimentos suficientes em termos de literacia de saúde”, explicou que a sua definição de literacia em saúde “não é saber, é fazer bem com aquilo que se sabe”.

Quanto ao futuro, uma das suas missões do INSA é “a difusão da cultura científica: promover a medicina do futuro, a medicina de precisão, a genómica e introduzir aos poucos estes conceitos e fazer uma formação com vários grupos-alvo, como os investigadores, profissionais de saúde e educação e outros *stakeholders*”. Uma instituição, que este ano celebra 125 anos, “com história, que tem feito história e vai fazer história, também no âmbito da área da promoção da literacia”, assinalou.



Fernando Almeida

Presidente do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge



“Na vacinação necessitamos de estar sempre a inovar”

Numa iniciativa integrada na Semana Europeia da Vacinação, que decorre até 26 de Abril, a Directora-Geral da Saúde, Rita Sá Machado, foi a convidada do podcast ‘Pela Sua Saúde’, promovido pela APIFARMA em parceria com o Observador.

A importância da inovação foi um dos temas abordados pela Directora-Geral. “Na área da vacinação e na área da imunização, necessitamos de estar sempre a inovar, sempre a perceber aquilo que vem mais à frente”, defendeu. Por isso, acrescentou Rita Sá Machado, o facto de Portugal dispor de um Programa Nacional de Vacinação (PNV) é “importante”: um dos seus “grandes sucessos é exactamente ser um programa”.

Para que o PNV continue a “ser credível” e uma “boa estratégia em saúde pública”, é sempre necessário “equacionar o seu alargamento” e “manter a sua

flexibilidade”, sublinhou. Neste momento, considera, “a mobilidade das pessoas, dos animais e das próprias doenças” leva à necessidade de repensar a estratégia do PNV. “As doenças não têm fronteiras e, por isso mesmo, nós precisamos de pôr esta mobilidade no centro de um programa nacional de vacinação”, declarou.

Quanto à tendência surgida nos últimos anos de alguma resistência à vacinação, a Directora-Geral crê que manter a credibilidade nas vacinas e no PNV não depende apenas da Direção-Geral da Saúde e dos serviços de saúde regionais e locais. Rita Sá Machado apela também ao envolvimento de “todos nós, de cada cidadão individualmente, que também vai dizer ao seu amigo, ao seu colega, a importância de estarmos vacinados como um bem em saúde pública”.



Rita Sá Machado

Directora-Geral da Saúde

Legislação

1
ABRIL 2024

Comissão da Farmacopeia Portuguesa

Pela Deliberação n.º 416/2024, 2.ª série, de 28 de Março, procedeu-se à alteração do Regulamento de Funcionamento da Comissão da Farmacopeia Portuguesa.

Dispositivos médicos

O Decreto-Lei n.º 29/2024, de 5 de Abril, assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) 2017/745, relativo aos dispositivos médicos.

Regime excepcional de comparticipação no preço das fórmulas extensamente hidrolisadas

A Portaria n.º 137/2024/1, de 3 de Abril, estabelece o regime excepcional de comparticipação no preço das fórmulas extensamente hidrolisadas que se destinem especificamente a crianças com alergias às proteínas do leite de vaca, procede à alteração da percentagem de comparticipação das fórmulas elementares e revoga a Portaria n.º 296/2019, de 9 de Setembro.

Esta Portaria foi rectificada pela Declaração de Retificação n.º 21-A/2024/1, de 9 de Abril.

Unidades de saúde familiar modelo B

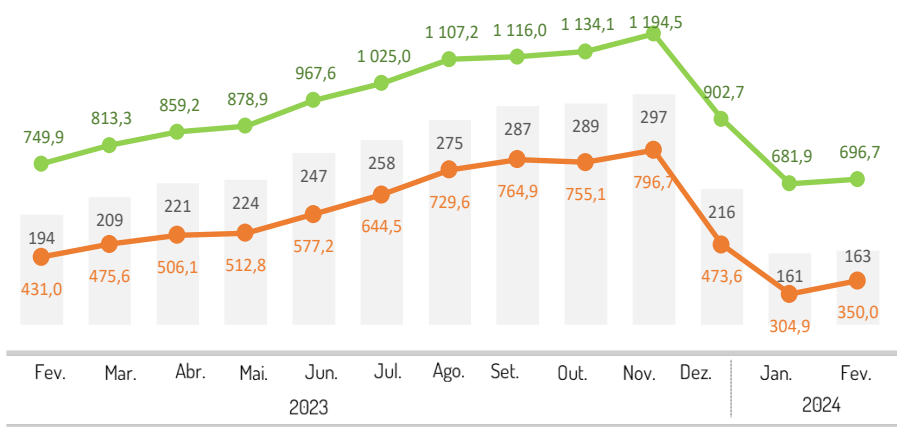
A Portaria n.º 127-A/2024/1, de 1 de Abril, procede à primeira alteração à Portaria n.º 454-A/2023, de 28 de Dezembro, que regula o procedimento de candidatura aplicável à constituição das unidades de saúde familiar modelo B e os mecanismos de transição para unidades de saúde familiar modelo B, identificando as novas unidades que cumprem os critérios de transição.



PHARMA em Números

ENCARGOS PÚBLICOS COM MEDICAMENTOS - YTD ABRIL 2024

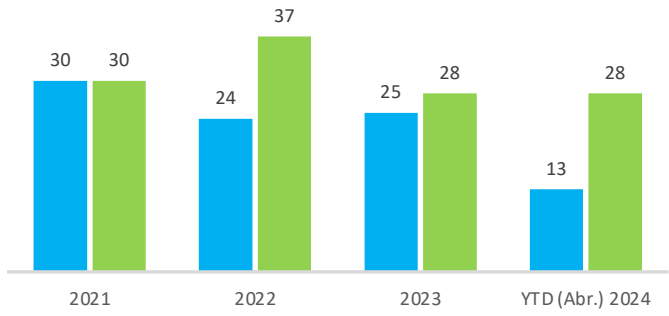
Dívida das Entidades Públicas às Empresas Farmacêuticas



| Portal da Transparência do SNS

■ DÍVIDA TOTAL ■ DÍVIDA VENCIDA

Financiamento Público de Inovação Terapêutica - DECISÕES

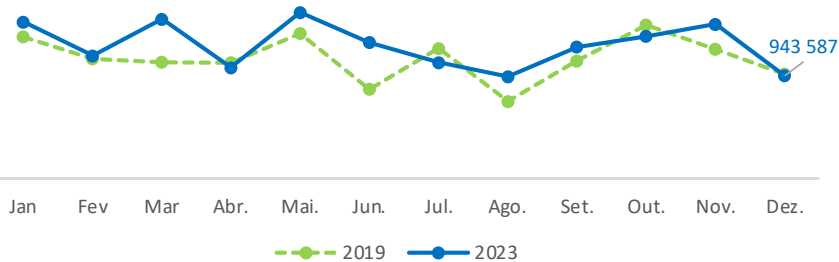


| Portal da Transparência do SNS

■ NIs (novas indicações de medicamentos inovadores)
■ DCIs (novas moléculas)

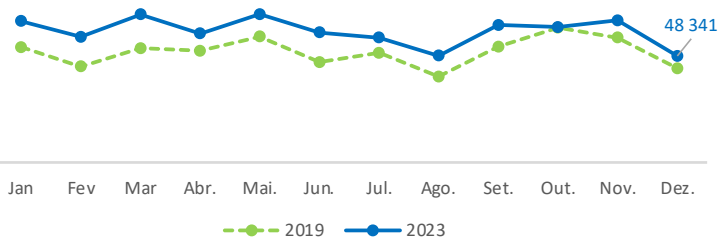
ACTIVIDADE ASSISTENCIAL DA SAÚDE

N.º de Consultas nos Hospitais



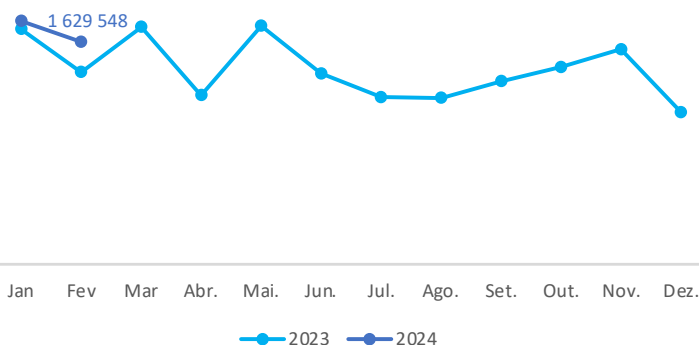
| Portal da Transparência do SNS

N.º de Intervenções Cirúrgicas Programadas



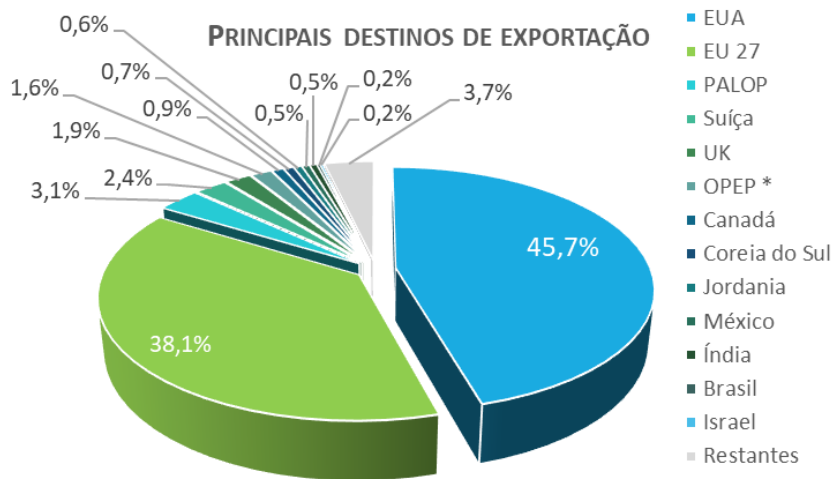
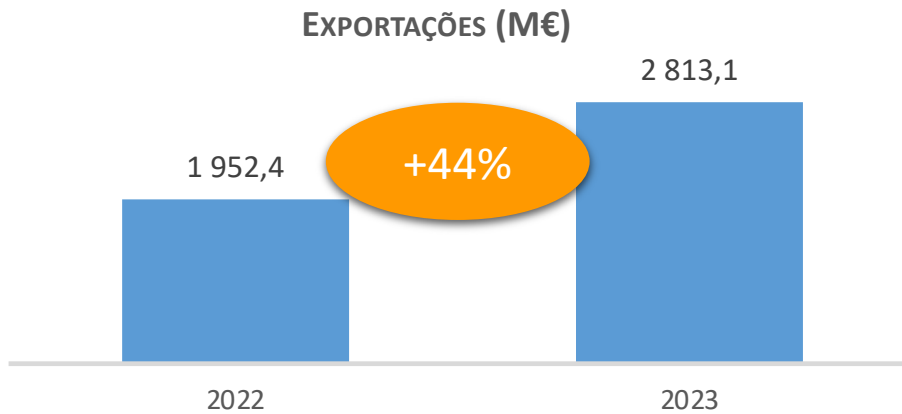
| Portal da Transparência do SNS

N.º de Consultas Médicas Presenciais nos Cuidados de Saúde Primários



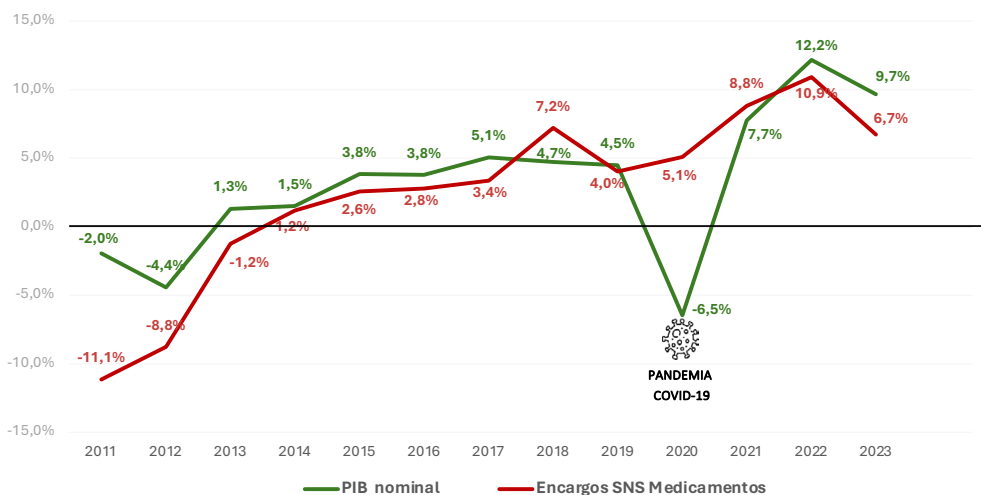
| Portal da Transparência do SNS

EXPORTAÇÕES FARMACÊUTICAS



Fonte: APIFARMA e INFARMED
 DCIs - novas moléculas
 NI - novas indicações de medicamentos inovadores

INVESTIMENTO DO SNS COM MEDICAMENTOS COM CRESCIMENTO INFERIOR AO PIB



↑ 2023 **+9,7% PIB nominal (2023)**

↑ 2023 **+6,7% Encargos SNS (2023)**

↑ **+3,1% PIB nominal crescimento médio anual (2010-2023)**

↑ **+2,2% Encargos SNS crescimento médio anual (2010-2023)**

Investimento SNS com medicamentos (sem a totalidade das devoluções) cresce abaixo do PIB nominal em termos médios desde 2011

Fonte: INFARMED | INE (provisório 2023)
Análise APIFARMA (Direção Assuntos Económicos)

e.pharma
Newsletter Abril 2024

